

**Yuri M. Francisco Agostinho**

# REVISITAR A HISTÓRIA DA ÁFRICA DO SUL E A SUA HISTORIOGRAFIA: UMA TRAJECTÓRIA DE ENCONTROS E TENDÊNCIAS

REVISIT THE HISTORY OF SOUTH AFRICA AND HIS HISTORIOGRAPHY: A TRAJECTORY OF ENCOUNTERS AND TRENDS.

---

**ABSTRACT:** Our interest in revisiting the history of South Africa and its historiography arises from the need to understand how historical facts have been written and described over the time. On the other hand, the revisit will allow a brief synthesis of the history of South Africa, where the unit of analysis will be the struggle waged by contenders (Boers and Britons) for the implementation of a colony. In this sense, the struggles for the domain of the colony influenced the first historiographical schools in South Africa, where the main focus of these schools was to look at the history based on the frontier question, being understood as a meeting point between whites and Africans.

**KEYWORDS:** South Africa; History; Historiography.

---

**RESUMO:** O nosso interesse em visitar a história da África do Sul e a sua historiografia, nasce da necessidade de compreender como os factos históricos foram escritos e narrados ao longo do tempo. Por outro lado, a revisitação permitirá fazer uma breve síntese da história da África do Sul, onde a unidade de análise será a luta travada por contendores (Bóeres e Britânicos) em prol da implementação de uma colónia. Neste sentido, as lutas pelo domínio da colónia influenciaram as primeiras escolas historiográficas na África do sul, onde o maior foco destas escolas, foi olhar a história com base na questão da fronteira, sendo esta entendida como ponto de encontro entre “brancos” e africanos.

**PALAVRAS-CHAVE:** África do Sul; História; Historiografia.

## Editor-Gerente

[Ivaldo Marciano de Franca Lima](#)

## Editores

[Detoubab Ndiaye](#), Universidade do Estado da Bahia. Departamento de Educação. Campus II

[Dr. Pedro Acosta Leyva](#), UNILAB - São Francisco do Conde /Ba, Brasil

# REVISITAR A HISTÓRIA DA ÁFRICA DO SUL E A SUA HISTORIOGRAFIA: UMA TRAJECTÓRIA DE ENCONTROS E TENDÊNCIAS.

Yuri Manuel Francisco Agostinho<sup>1</sup>

## A nação arco-íris em torno de uma história de encontros.

A África do sul tem 1.221.037 km<sup>2</sup> de extensão de terra, o espaço físico é caracterizado por uma faixa costeira de terras baixas a leste, sul e a oeste limita um vasto planalto interior. A região oriental é formada por planaltos altos limitados por uma encosta áspera. Os principais grupos sociolinguísticos são: Xhosa, Zulu, Soto, Suazi, Venda e “brancos” descendentes principalmente de Ingleses, Holandeses e Asiáticos.

Esta diversidade marca hoje uma nação proveniente de uma história de encontros contínuos, caracterizados pela dominação, adaptação e de recuo de grupos humanos. Neste sentido, os ditos “brancos” chegaram na actual África do Sul em 1652, sendo o dia 6 de Abril a data que marca a chegada de Jan Van Riebeeck e os primeiros colonos Holandeses. Chegando ao Cabo, os Holandeses estabeleceram uma colónia em regime permanente.

A colónia é governada pela Companhia Holandesa das Índias Orientais até ao ano de 1795. Os Holandeses introduziram estratégias relacionadas com a utilização da terra, em consequência surge o choque com as populações nativas. Em *África biografia de um continente*, John Reader, faz menção que o conflito era inevitável, (READER, 1997, p. 447).

Mas é de realçar que o período de governação dos colonos Holandeses é caracterizado pelo estabelecimento de culturas, construção de edifícios, o cultivo de hortas, disseminação de campos de algodão, tabaco, feijão e trevo, (READER, op. cit., p. 452). Por outro lado Fage, (1995) afirma que nos primeiros anos do século XVIII, os Boérs alcançaram um grande êxito no âmbito da zona com clima mediterrânico, numa extensão de terra com 80 km da cidade de Cabo, surgindo assim um excedente produtivo. A partir deste ponto abre-se um mercado único para os colonos.

A colónia do Cabo possuía uma população formada de escravos proveniente de várias regiões. Os navios Holandeses *Amersfoort* e o *Hasselt* chegaram a capturar navios portugueses que praticavam o tráfico negreiro. O *Amersfoort* apreendeu 500 escravos a bordo, mas deixou

para trás 250 escravos “enfermos e moribundos” no navio velho e impraticável sem proveito. Embora os resgatados continuaram a morrer, a população era constituída por raparigas e rapazes que encontravam-se na fase da adolescência. Por outro lado, o *Hasselt* chegou ao Cabo com 228 sobreviventes dos 271 escravos, saídos de Daomé em finais de Fevereiro de 1658, (READER, op. cit., p. 452).

No livro de Statter sob o título *A África do Sul e o Sistema – Mundo: da Guerra dos Bôeres à globalização*; encontra-se uma síntese cronológica da história da África do Sul, em que chamou-nos atenção três eventos ligados ao tráfico de escravos. O primeiro evento foi em 1654, data que marca a chegada ao Cabo os primeiros escravos provenientes da Ásia, em segundo lugar em 1657 chega um outro contingente de escravos de Madagáscar e Java. E o terceiro evento assinala a chegada ao Cabo de centenas de escravos de Angola e da África Ocidental em 1658.

A população de colonos do Cabo em 1793 era composta por homens (4.032), Mulheres (2.730) e crianças (7.068), totalizando 13.830. O papel dos escravos foi de alguma forma um complemento para economia, devido a mão-de-obra barata. O número de escravos rondava os 14.747, onde 9.046 eram homens, 3.590 mulheres e 2.211 crianças. Os Coisans eram livres e não aspirantes à escravatura, mas estavam condicionados economicamente. As suas terras expropriadas e afectadas pela varíola a epidemia reduziu a população Coisan do sudoeste do Cabo.

Assinala-se no período de 1659-1660 uma resistência dos khoisans perante à conquista de terras pelos Holandeses, como estratégia os holandeses plantaram Sebes de Picaias para proteger contra os ataques dos KhoiKhoi (STATTER, 2011, p. 8). Em 1673 regista-se a segunda guerra entre Holandeses e os KhoiKhoi, mas pouco a pouco estes transformaram-se em servos agrícolas ou domésticos (KI-ZERBO, 1979, p.432).

A Victória Holandesa conduziu para o acréscimo da área da colónia e consequentemente a submissão dos autóctones do Cabo. A expansão Bóer foi fruto também do crescimento demográfico. O baixo nível da produtividade exigia agregação terras e rebanhos, (RIBEIRO; VISENTINI, 2010, p. 27).

Os Bóeres encontram os Bantus em 1775 nas margens do Fish River, este encontro convergiu para um choque. Ao contrário do encontro entre Bosquímanos, Hotentotes e Bóeres que promoveram espoliações e caça. Os Bóeres encontrando-se com os Bantus, deparam-se com

---

<sup>1</sup> Mestre em Ensino de História da África pelo Instituto Superior de Ciências da Educação de Luanda - (2016). Email: [yanessanguifada@gmail.com](mailto:yanessanguifada@gmail.com) Trata-se de um texto inédito, que não se encontra em processo de julgamento em nenhum outro periódico ou coletânea.

um povo enquadrado em sobados potentes e por vezes organizados (é o caso dos Ngunis). Esta organização repercutia-se em outros grupos sociais, onde destaca-se os Zulus.

Os Bóeres são caracterizados como camponeses e criadores de gado. Os Zulus, Xhosas e outros possuem ligações inerentes a um verdadeiro culto pelo gado, que é um eixo do bem-estar económico e prestígio social. Os Zulus e os Xhosas utilizam o gado para o dote (*Lobola*) pago aos sogros. Neste sentido, os animais errantes eram considerados propriedade pública, a partir desta questão do gado, surgiram de imediato conflitos com os Bóeres, (KI-ZERBO, op. cit., p.432).

Um outro elemento a se ter em conta e que influenciou no surgimento do conflito do gado e das pastagens, foi a questão dos movimentos inabituais e coletivos da população que se dividem em duas grandes categorias que Vansina (2010) chama de **correntes migratórias e as migrações propriamente ditas**. Para reforçar as migrações e as correntes migratórias Vansina cita Fouché (1936), e olha sobre o entendimento que este teve sobre a questão da expansão dos Bóeres.

De acordo com Vansina (2010, p. 66) a segunda geração *Trekboern* (segunda geração de Holandeses agricultores) da África do sul se estabeleceram, através da criação de gado e na necessidade da procura de bons solos para pastagens. E a partir daí a colisão emerge mormente em regiões ocupadas por outros criadores de gado como por exemplo o grupo Khoi dos quais os *Trekboer* ocupavam os espaços físicos. Mas, eles se chocaram em seguida, com uma fronteira constituída pelas terras muito mais irrigadas que aquelas que, por eles atravessadas, eram ocupadas pelos agricultores e criadores de animais Xhosa.

Os Bóeres da jurisdição de *Graaf Reinet* e *Swellendam*, que estavam já organizados para a luta contra os Bantus, acabaram por transformar os conselhos locais em nacionais, à luz da revolução Francesa, soberana dos países Baixos. Os Ingleses ocuparam a cidade do Cabo em 1795 e decisivamente em 1806, depois de diluídas as duas repúblicas bóeres e aprisionado os seus dirigentes. Assim, no início do século XIX tinham conquistado os seus lugares os três protagonistas de uma evolução lancinante: *os três B (Bantus, Bóeres e Britânicos)*. A partir deste momento, emergem conflitos permanentes num sentido triangular, (KIZERBO, op. cit., p.432).

Lawrence James explica no seu livro *Empires in the sun*, a razão que esteve na base dos Britânicos ocupar a África do sul. Para James houve dois fundamentos essenciais complementares ao domínio Britânico: o comércio e a supremacia. A supremacia marítima foi vital para garantir a segurança de um império em expansão e muito disperso como o Britânico. No plano estratégico, o domínio do espaço físico do Cabo, representa benefícios, mas politicamente, veio mostrar uma responsabilidade de grande dimensão. Depois de longos anos

sob a apática administração Holandesa, as populações ditas “brancas” e “negras” viram-se, de ímpeto, nas mãos de um novo “senhor”, interessado em conferir uma governação efetiva e em imprimir na nova colónia o timbre do valores Britânicos, (JAMES, 2016, p.72).

Antes de avançarmos para o desenvolvimento dos assuntos relacionados com a ocupação da cidade do Cabo pelos britânicos seria conveniente evidenciar as fragilidades na implementação da colónia por parte dos Bóeres, que nosso entendimento facilitou que os Britânicos estabelecessem uma nova colónia, sem um grande esforço. Encontramos tópicos da fragilidade na implementação da colónia por parte dos Bóeres no **Guia do Mundo de 1998**.

Neste contexto, a nossa preocupação será de fazer uma síntese onde destacaremos: o período de 1913 à 1923 que é caracterizado pela aprovação de 3 diplomas que influenciaram as relações e ascensão dos negros numa sociedade dividida, onde o racismo foi um elemento impulsionador para dividir África do Sul.

Na verdade, os Bóeres não eram colonos típicos, mas sim uma espécie de trabalhadores, **de um estado absolutista que estendeu a sua pretensão em outros continentes**, (KRISIS, 2003, p. 47). A partir desta posição, os Bóeres auferiam remuneração da Companhia Holandesa das Índias Orientais, não podiam trocar produtos com os nativos, e o que produziam devia ser entregue às tripulações dos navios. Desta forma, passaram a sentir-se a explorados por parte dos Holandeses (empregadores) da metrópole, que não admitiam uma ruptura com o monopólio comercial da companhia, nem eram a favor do uso de trabalho de escravo para ampliação as plantações e a pecuária.

Os empregadores estabelecidos em Amesterdão viam que a captura de escravos tornaria os colonos mais ricos, em consequência, menos dependentes da metrópole. Neste conflito, os Bóeres ao longo do tempo e lentamente foram ganhando vantagem, em volta do final do século XVII, os ditos colonos livres, os *Burghrs*, já eram maioritários.

É de realçar que durante o século XVIII, os conflitos entre Bóeres e os *Kafirs* (Termo pejorativo dado pelos Holandeses aos negros em geral), de 1770 a 1840. A cronologia da história da África do sul assinala sete grandes guerras entre Bóeres e os *Kafirs*, contudo o enfraquecimento do império colonial da Holanda abriu aos Ingleses, em 1806, o ensejo de se instalarem na cidade do Cabo, com uma inteligência basicamente inclinada para o comércio.

O interesse britânico era aproveitar as bases económicas lançadas pelos Bóeres para criar uma burguesia local que vendesse produtos básicos e importasse bens manufacturados produzidos pela indústria Inglesa.

Os ingleses não utilizaram o mesmo método governativo dos Holandeses. Contudo fizeram uso da administração indirecta, contrariando a ideia da guerra e captura de escravos,

servindo-se das autoridades tradicionais como intermediários. Esta forma de administrar não foi bem vista aos olhos dos Bóeres. Mais tarde, o conflito entre Bóeres e Ingleses teve uma grande repercussão, que em 1834, um contingente populacional (cerca de 14 mil Afrikanders), decidiu afastar-se para o interior em direcção ao norte rumo ao Transvaal.

Os Bóeres chegando ao Transvaal tiveram outra luta com os Xhosas, que habitavam na área. Outro grupo foi para a região conhecida como Orange. Nestas zonas conquistadas pelos Bóeres, podia-se praticar a escravatura e a exploração de terras para agricultura. Assim, os Afrikanders proclamaram, em 1852, a independência da zona do Transvaal e em 1854 na zona de Orange.

Durante a sua expansão para o norte, os Holandeses também enfrentaram os Zulus, chefiados por um jovem chamado Shaka. Os Zulus conseguiram bloquear o avanço dos “brancos” durante cinquenta anos, ao longo da zona de confluência entre zonas que hoje são as repúblicas do Zimbawe e do Botswana. Mas por problemas internos, relacionados com a sucessão real, fez desmoronar o império (zulu). É de realçar que o triunfo dos Ingleses na guerra com os Bóeres marcou a hegemonia no capital agrário no Transvaal e Orange, abrindo desta forma uma nova era que culminou com acorrida desenfreada aos metais.

Para os colonos Bóeres as populações negras não passavam de selváticos que deveriam ser domesticados à força e submetidos ao trabalho de escravo. Por outro lado os Ingleses estavam imbuídos da mentalidade da criação de mercados de consumidores. Mas nem por isso deixaram de estabelecer barreiras rígidas para impedir que os negros sul-africanos tivessem condições de ascensão social e económica.

Em 1910 propriamente em 31 de Maio: Declara-se a União da África do Sul, por junção das colónias britânicas com as repúblicas Bôeres, (Federação das províncias do Cabo, Natal, Orange e Transvaal), conseqüentemente, é implementado o racismo e Louis Botha é indicado primeiro-ministro. A partir desta data os negros foram privados do direito de voto, à terra e aos demais direitos civis.

O período de 1913 a 1923 é caracterizado pela aprovação de 3 diplomas que não ajudaram a ascensão dos negros na África do sul. O primeiro tem como nome *Native Labour Act*, de 1913, consistiu na extensão dos trabalhadores urbanos no sistema de submissão vigente nas fazendas. Essa lei demarcou a África do sul em duas partes 7% do território nacional (os chamados *Bantustões*) foi deixado aos negros, que constituíram 75% da população nacional. O remanescente, os 93% de terras, as melhores, foi entregue aos brancos a minoria da população constituindo 10%.

O segundo diploma chamou-se *Native Urban Area Act, de 1923*, limitou consideravelmente as possibilidades dos negros se instalarem em cidades consideradas como redutos dos ditos brancos. Em consequência, os trabalhadores negros passaram a ser encarados como trabalhadores migrantes. Cujos movimentos estiveram forçados a fiscalização integral, seja por medidas policiais, seja pelo impedimento de casamentos ou outras medidas.

O terceiro diploma denominou-se por *Native Affairs Act*, cumpriu a difícil fundação de uma legislação segregacionista, que ao longo do tempo iria totalizar mais de mil decretos e leis regularizando o sistema de exploração do trabalho dos ditos negros.

O período de 1910 a 1922 é marcado pelo surgimento da primeira organização política dos negros na África do Sul (ANC). Organização foi criada em 1912 por ex-alunos de escolas mantidas por missionários europeus. Neste período foi fundado o ICU (sindicato do Comércio e Indústria, que reunia os trabalhadores africanos. Em 1921, surgiu a Partido Comunista Sul Africano, constituído maioritariamente por brancos.

Colocamos um ponto e vírgula nesta breve história da África do sul, para que em próximas oportunidades possamos olhar a história sobre um outro ângulo. Poderíamos fazer uma incursão no período dos anos 30 até ao período do fim do *apartheid*, mas não é nossa intenção, uma vez que o maior foco das primeiras escolas historiográficas na África do sul preocuparam-se em olhar a história com base na questão da “fronteira” ou pelo “espírito da fronteira”, sendo esta entendida como ponto de encontro entre europeus, ou “a civilização”, e os africanos, ou “a selvageria”. Neste sentido, o sistema *apartheid* foi o resultado de uma longa história de conflitos entre europeus e africanos, localizados dos dois lados de uma fronteira em constante movimento e a expressão, no século XX, é do “espírito da fronteira”, (MBOKOLO, 2011, p. 295).

Com a fronteira criada na África do sul, conseqüentemente surgem afastamentos, marginalidades e problemas sociais, elementos expostos nesta breve narrativa sobre África do sul. Esta fronteira desigual e rígida estabelecida na sociedade Sul-africana influenciou a forma de escrever a história e a descrição dos acontecimentos, assunto que procurar-se-á levar ao debate em tendências na historiografia Sul-africana.

### **As tendências na historiografia sul-africana a luz de Visser: uma legitimação de histórias.**

A historiografia é a arte de escrever história e a descrição dos acontecimentos, neste sentido, algumas escolas historiográficas sul-africanas têm a sua origem numa legitimação de valores de determinados grupos que se preocuparam em narrar e escrever os factos históricos, favoráveis a uma conquista. Esta constatação foi feita num exercício em torno do cruzamento de

dois textos: um de Zeleza e Dickson, (2003) e outro de Visser (2004). Mas, para este turno interessa-nos evidenciar a importância do artigo *Trends in South African Historiography and the Present State of Historical Research*, (VISSER, 2004). O texto de Zeleza e Dickson (2003) aborda o desenvolvimento da história africana no contexto geral.

No Artigo supracitado de Visser (2004) é possível encontrar uma descrição profícua do desenvolvimento da historiografia sul-africana, neste sentido, o artigo em questão, vai ajudar-nos a compreender o desenvolvimento do conhecimento histórico e por outro lado, pode auxiliar-nos num olhar comum, concerne as escolas historiográficas e a legitimação de suas histórias. As escolas historiográficas sul-africanas estão classificadas da seguinte forma: a escola **Imperialista Britânica**, a **Colonialista**, a **Nacionalista Africânder**, a **Liberal** e a **Revisionista** ou **escola Radical**.

O tema central da **escola imperialista Britânica** foi a expansão do império britânico e os resultados e benefícios do império. O benefício do império enquadra-se primeiramente na escola Imperialista Britânica que colocou a margem assuntos que na cronologia da história da África do Sul, assinalam aspectos importantes na consolidação da presença de vários intervenientes no espaço geográfico do Cabo da Boa Esperança. Por exemplo, em 1488 a armada capitaneada por Bartolomeu Dias navega ao largo de Mossei Bay, a que se chama Angra dos Vaqueiros, em referência aos pastores khoikhoi avistados em terra.

Eventos em que os britânicos não participaram, beneficiaram de pouca atenção na escola imperialista Britânica, o único elemento de interesse foi os sinais dos *trekboers* (camponeses em busca de novas terras) na grande caminhada para o interior da África do Sul, primeiro para leste e depois para o nordeste, num período que vai de 1690 – 1699. Visser (2004) destaca obras com tendências bem-intencionadas aos valores Britânicos: *Britain's title in South Africa*, (1902). Livro de **J. Cappon**, *History of the Colony of Natal, South Africa*, (1855). Livro de **W.C. Holden**, *The History of the Colony of the Colony of the Cape of Good Hope*, (1869). Livro de **A. Wilmot and J. Chase** e por último *The Great Boer war*, (1902). Livro de **Arthur Conan Doyle**.

Os escritores eram apologistas da aquisição Britânica e o princípio foi o Cabo da Boa Esperança. O foco foi precisamente nos eventos após a primeira ocupação britânica do Cabo, em 1775 precisamente: as actividades dos governadores britânicos; a vinda para o Cabo de colonos Britânicos; as actividades nos distritos da fronteira oriental; a luta imprimida contra os Xhosa na fronteira oriental; o destino dos colonos Britânicos para o Natal.

A escola imperialista Britânica compartilhou uma firme crença de superioridade do domínio britânico e valores Britânicos. Tendo como pressuposto as instituições e os ideais



Britânicos, foram superiores em relação as versões dos sul-africanos e a presença Britânica na África do Sul, representou a propagação de influências benéficas (VISSER, op. cit., p.1).

Por outro lado, houve um olhar diferente na forma de escrever e narrar os fatos na **escola Colonialista**, que não utilizou o mesmo método da escola Imperialista Britânica. Para esta escola colonialista o elemento chave, foi congregar valores de outras latitudes, até um certo ponto ou teve interesse de olhar os outros como integrantes de uma história e de uma partilha de espaços geográficos. Contudo foi sendo uma história abrangente, segundo Visser, (2004, p. 2), na escola colonialista teve em destaque **Geoge Mccall Theal**. Este, um historiador de profissão a serviço da colônia do Cabo, publicou várias histórias e séries sobre a história da África do Sul.

Das suas obras o destaque vai para o compêndio da história do Sul-africano e a sua geografia, sendo uma história abrangente, foi usada nas escolas. A posterior Theal lança outros volumes contribuindo para a historiografia sul-africana, contudo os seus trabalhos foram muito controversos. Esta controversa é por ele assumir factos concretos em documentos de arquivo e posterior assumir uma história de sua autoria, mais ao fazê-lo, mostrou pouca habilidade analítica. O objectivo de Theal era de escrever uma história que ele continuaria a ter um texto fundamental e ser aceite para os vários idiomas, neste caso para a língua Afrikaans e para o Inglês.

Theal tornou-se uma referência para os Africânderes, por causa da posição tomada nos seus escritos, ele soube posicionar-se, adotando uma posição de Pró-branco; Pró-bóer; Anti missionário e anti negro. Theal passou a identificar-se com uma postura nacionalista colonial, adotando uma posição hostil para uma inferência dos imperialistas britânicos. Visser (2004) chama atenção em dois aspectos importantes na postura de Theal: o primeiro diz que este não viu o papel dos negros na sua África do Sul branca, o segundo é que as raças de cor na África do sul eram vistas como “bárbaros instáveis”, propensos a roubo e sem escrúpulos em derramamento de sangue.

Para Theal a história da África do Sul é a dos brancos e seus esforços para abrir e levar a civilização e o cristianismo a um país selvagem. Para ele os negros faziam parte do fundo, enquanto os missionários filantrópicos britânicos que assumiram a causa do homem negro eram tidos como inimigos dos brancos.

O artigo de autoria de Evander Ruthieri da Silva, sob o título: *A questão sul-africana: literatura, colonialismo e masculinidades em Marie (1912), de H. Rider Haggard*, foi possível encontrar trânsitos entre o colonialismo, relações e a masculinidade na produção literária-intelectual do romancista H.Rider Haggard (1856-1925), com destaque para o seu romance Marie (1912). O foco da narrativa literária do romancista é centrado em elementos de ficção e

realidade, com a preocupação em narrar os eventos do passado sul-africano no período de migrações e deslocamentos de colonos Bóeres na década de 1830. Haggard interessa-se por George McCall Theal, e a partir deste ponto, serve-se das narrativas dos seus volumosos compêndios de documentos históricos, ou nacionalistas Afrikaners, como o clérigo *Stephanus Jacobus du Toit* e suas epopeias de martírio Bóer e opressão Britânica, durante o período de migrações e deslocamentos de colonos Bóeres.

Haggard reforça a actuação de Theal que para além de produzir inúmeros volumes dedicados à história Sul-africana, reúne uma vasta documentação referente aos processos de deslocamento territorial. Por outro lado, a par de Theal, na escola colonialista evidenciou-se um outro historiador, **George Edward Cory**, que no período de 1910 a 1939 lançou seis volumes da obra *The rise of South Africa*. O trabalho de Cory identificava-se mais para a história dos distritos do Leste do Cabo com os colonos Britânicos no centro. Contudo, Cory corroborava com Theal, mas não era simpático com os tais ditos negros, possuía uma compaixão pelos Africânderes.

Contudo, Visser (2004) faz referência de outro escritor que possuía uma grande queda para a escola colonialista, **Frank R. Cana**, que também não deu importância para as populações ditas “indígenas”. Na obra de Cana não se notou algo inovador, mas sim uma história de como os homens “brancos” resolveram as suas diferenças para o estabelecimento da união dominada pelos brancos sul-africanos.

Quanto a escola **nacionalista Africânder** é caracterizada por dois momentos: a fase pré – escolar e a académica ou profissional Africânder – Centrista. A fase pré - escolar surge no âmbito do crescimento de uma consciência histórica africânder, durante a segunda metade do século XIX. Os autores desta historiografia nacional, ou republicanos Africânderes, escreveram em *Holandês e Afrikaans*, (VISSER, op. cit., p.3).

As obras reflectem uma tendência anti-imperialista Britânica, porém a luta travada no século XIX entre bóeres e os britânicos tornou-se uma narrativa mestra. Eles interpretavam a sua história com amargura, luta pela auto-persevação e a realização face às forças hostis da natureza e dos povos indígenas. Concernente aos Britânicos, eram vistos como opressores e adversários, como simpatizantes com os negros na sua luta contra os Bóeres. Visser (2014) menciona **Gustav Preller** como um dos expoentes escritores mais importantes da fase pré – académica. Preller escreveu a história como um nacionalista Africânder. Os seus objetivos estavam assentes a uma consciência do passado nacional, que posteriormente iria inspirar os outros, após a derrota e desmoralização espiritual na segunda guerra Anglo-bóer.

A história vista por esta escola se identifica com a da África do Sul marcada pelo conflito entre o nacionalismo africânder, face ao imperialismo Britânico, e a barbárie “negros”. Para eles o conflito entre o “negro” e o “branco” foi interpretado como agressão preto em branco, logo, as ações militares dos brancos eram justificadas como uma defesa da civilização cristã contra as forças do paganismo (VISSER, op. cit., p.4).

Porém, as bases para historiografia científica Africânder na fase académica foram colocadas na universidade de Stellenbosh por dois historiadores holandeses, a saber: **Ce Godel – Molsbergem** e **W. Blommaert**, que desenvolveram uma escola cujas características marcantes de uma parte das obras produzidas por eles, baseava-se numa abordagem eurocêntrica por um lado, e por outro lado sobre o papel proeminente e central desempenhado pelos Africânderes e as comunidades brancas na história da África do Sul.

Concernente à **escola Liberal**, surge na década de 1920, como consequência do despertar político gradual dos negros e a nova situação de pobreza destes ao lado (e em concorrência) com a pobreza das comunidades brancas, e também da retirada das pessoas negras e brancas dos distritos rurais. Chamou-lhes a atenção e preocuparam-se com o bem-estar dos negros. Segundo Visser (2014, p. 6), os historiadores liberais faziam parte da comunidade de economistas liberais; antropólogos; sociólogos e cientistas políticos, cujos fundamentos intelectuais desta escola eram garantidos pelo liberalismo clássico. Visser (2004) demonstra como foi desenvolvida esta escola historiográfica liberal, expondo vários exemplos, tais como: os efeitos da urbanização e a industrialização da África do sul; questões sociais e económicas com destaque ao papel dos negros na história da África do sul; segregação e a posição de pessoas de cor no passado com um fator de igual importância com os brancos.

Os historiadores liberais rejeitavam a discriminação racial, e isto é evidenciado por uma grande preocupação com o bem-estar do negro. Outro ponto de vista que nos chamou atenção é o que Visser (2004) atesta que alguns historiadores, como **Smith, Moll** e **Van Asweg** também corroboram com ele, afirmando que a escola liberal inspirou o início de um nacionalismo negro, e uma historiografia de tendência liberal. Ela foi inspirada para esta missão, porém o número de obras produzidas é muito pequena, poucos desses escritores negros não receberam um tratamento formal em história como disciplina.

A tradição missionária da historiografia negra é cristã liberal – humanista, possuindo uma abordagem do passado, Os primeiros escritos dessa vertente são produtos de escolas missionárias, porém os mesmos são politicamente moderados e apresentando tolerância racial, além de uma linha ideológica liberal. Todavia, eles defendiam direitos iguais para todos os homens.

Em relação a **escola Revisionista**, Visser (2004) nos confirma que surge no âmbito das deficiências da história de Oxford, que começa a partir da década de 1970. As raízes dessa tradição tinham a sua gênese na resistência negra ao Governo sul-africano. A chegada ao poder do partido nacionalista, em 1948, propiciou um aumento da resistência negra e os sinais da influência marxista, que estavam em evidência. Esta tendência foi precedida pelo surgimento de membros de língua inglesa e brancos no seio do partido comunista da África do Sul. Neste sentido, começaram a escrever anti-histórias sobre o capitalismo e supressão de toda questão do negro e a discriminação racial.

A escola Revisionista representou uma reinterpretação radical do passado sul-africano, iniciado por emigrantes falantes da língua inglesa, sobretudo brancos nas universidades britânicas que começaram a ter uma posição contra a escola liberal (VISSER, op. cit., p.10).

Eles tiveram como base de investigação a história materialista marxista. Para eles a história Sul-africana deve ser acompanhada até na sua gênese, e rerepresentada como uma luta de classes em uma sociedade dominada pela classe criada pelo capitalismo internacional e Sul-africano. Para eles o capitalismo esteve intimamente ligado ao imperialismo, com sua estratégia de colonização ou subjugação dos negros. Os revisionistas viam a maioria dos autores desta escola como radicais, pois para eles os negros sul-africanos eram tidos como os únicos habitantes verdadeiros e herdeiros da terra. Em relação aos brancos, eles diziam que estão associados com o capitalismo que preencheram apenas um pequeno espaço no palco da história, que eles foram os colonizadores; exploradores e opressores.

Para os revisionistas radicais, a história Sul-africana deve ser reescrita de novo, do ponto de vista dos colonizados. Contudo, a produção historiográfica revisionista foi construída com base na influência dos trabalhos de historiadores da esquerda Britânica, desenvolvendo temas como: história sobre municípios e as lutas urbanas; sobre favelas; a longa migração africana para as cidades e a relação com essa história e ação política. Logo, surgiram com uma nova história social, que procurou captar as experiências quotidianas e recolha de provas orais, isto em 1970.

Na década de 1980 foram feitas pesquisas sobre o processo de proletarização, os efeitos sociais da industrialização, da organização e da cultura da classe trabalhadora negra, o movimento da consciência política entre negros. E finalmente, Visser (2004) faz uma breve resenha do estado atual da pesquisa histórica sul-africana, evidenciando a tendência historiográfica que teve o seu início a partir de 1990, onde destacou-se a história acadêmica, com a questão do Pós-apartheid como principal foco. O desaparecimento jurídico e político do apartheid contribuiu para um efeito performativo, para os historiadores revisionistas em

particular. Porém, existem outros focos de pesquisas abertas, e o que parece ser mais popular são os estudos sobre o gênero, sexualidade e família, um conjunto de trabalhos no âmbito do missionismo, com a valorização dos monumentos nacionais e formas de património.

Um outro aspecto que Visser (2004) faz menção, como algo inovador na historiografia, é a criação da comissão de verdade e reconciliação, criada em 1996, e encabeçada por um historiador. O segundo aspecto que o autor faz alusão é a história da herança Koisan, os monumentos dos africânderes; o papel dos monumentos nacionais, museus e festivais culturais, que foram analisados pelos historiadores, a fim de desconstruir os mitos em torno deles e recontextualizar o contexto de mudança social e política na África do Sul.

Para terminar, Visser (2004), de forma conclusiva, diz que a libertação ideológica a partir de 1990 abriu vaga para uma variedade de pensamentos e abordagens para uma historiografia Sul-africana, mas ainda não há um sentido claramente definido. Alguns autores sugerem que para um futuro próximo, uma pesquisa histórica sul-africana simbiótica, deve ser composta por todas as correntes progressistas liberais africanistas, a história radical, social e a história do ANC. Todavia, a argumentação plausível é que enquanto a nação arco-íris consolida-se pós era apartheid, a história contemporânea pode gradualmente adquirir uma aparência de normalidade.

### **Considerações finais**

Através desta breve revisitação da história da África do Sul e a sua historiografia, foi possível olhar as dinâmicas sociais, decorrentes de um processo histórico; político e cultural, assinalado por encontros que hoje formam a nação arco-íris. A história da África do Sul começou a ser escrita na base de tendências, encontros e divergências.

Como vimos na segunda parte deste artigo, as escolas legitimaram histórias de contendores com princípios ideológicos, deixando vários elementos que fizeram parte de acontecimentos no tempo social. Uns foram lembrados, outros registrados vagamente, a vasta maioria nem sequer aparece nos escritos, ao passo que uns tentaram resguardar outros. Portanto, foram várias tendências que marcaram as escolas historiográficas na África do Sul.

O foco central das escolas historiográficas deste país foi olhar as suas fronteiras, mas é importante realçar aqui o papel e a importância da historiografia marxista e liberal. A corrente marxista teve um grande avanço na África do Sul em particular, e em geral para África, uma vez que o efeito performativo desta historiografia contribuiu para a consciência nacionalista em muitos países. Quanto a historiografia liberal, no contexto da África do Sul, teve um grande

impacto visto que ela conquistou um espaço significativo nas universidades de língua inglesa neste país. Esta escola preocupava-se em narrar os factos, sem escamoteá-los ou seja escreviam os problemas de todos os envolventes da sociedade sul-africana.

## REFERÊNCIAS

BRAGA, José Alberto; SERRA, Manuel; PEIXOTO, Delfina. Guia do Mundo. In: **África do Sul**. Lisboa: Trinova, 1998, p. 7- 11.

FAGE, J.D. **História de África**. Lisboa: Edições 70, 1995.

GRUPO KRISIS. **Manifesto contra o trabalho**. Lisboa: Antígona, 2003.

JAMES, Lawrence. **Impérios ao sol: a luta pelo domínio de África**. Porto Salvo: Editora Saída de Emergência, 2016.

KI-ZERBO, Joseph. **História da África Negra I**. Lisboa: Editor. Publicações Europa-América, 1979.

M' BOKOLO, Elikia. **África negra: História e civilizações.-Tomo II (Do século XIX aos nossos dias)**. São Paulo: Casas das Áfricas, 2011.

READER, John. **África biografia de um continente**. Mira-Sintra: Editora Publicações Europa-America, Lda, 2002.

SILVA, Evander Ruthieri da. A questão sul-africana: literatura, colonialismo e masculinidades em Marie (1912), de H. Rider Haggard. **Diálogos**, v.22, n.1, (2018), 229 – 246.

STATTER, Guilherme da Fonseca. **A África do sul e o sistema – mundo. Da guerra do Bôeres à Globalização**. Lisboa: Gerpress, 2011.

VANSINA, J. Os movimentos populacionais e a emergência de novas formas sociopolíticas na África. In: ALLAN, Bethwell Ogot. **História geral da África, vol. V: África do século XVI ao XVIII**. Brasília: UNESCO, 2010, p. 55-90.

VISENTINI, Paulo G. Fagundes; PEREIRA, Analúcia Danilevicz, [et al.]. **África do Sul: História, Estado e Sociedade**. Brasília:FUNAG/CESUL, 2010. Disponível em: [http://funag.gov.br/loja/download/709-africa do Sul - Historia Estado e Sociedade.pdf](http://funag.gov.br/loja/download/709-africa%20do%20Sul%20-%20Historia%20Estado%20e%20Sociedade.pdf)

VISSER, Wessel. Trends in South African Historiography And The Present State of Historical. In: Research, Paper presented at the Nordic Africa Institute, Uppsala, Sweden 23 September 2004, p.1-19. Disponível em: <http://fliphtml5.com/blbz/zrzp/basic>

ZELEZA, Paul Tlyambe; EYOH, Dickson. **Eyoh Encyclopedia of Twentieth-Century African History**. Palgrave, 2003.